

MÍDIA SOCIAL, CATHERINE DENEUVE E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:
ESTUDO DOS MECANISMOS DE ARGUMENTAÇÃO
NO FUNCIONAMENTO DISCURSIVOIraneide Santos COSTA¹

RESUMO: Objetiva-se aqui discutir a argumentação com base nos aportes teóricos da Análise do Discurso de orientação materialista. Elegeram-se, como ponto de partida, os movimentos *MeToo* e *BalanceTonPorc*. Para análise, utilizamos a seguinte materialidade discursiva: a carta manifesto que atacou as campanhas feministas *#MeToo* e *#BalanceTonPorc*. Nas discussões empreendidas, alguns conceitos mostraram-se relevantes: formações imaginárias, formação discursiva e sujeito. Embasamos nossas reflexões precipuamente nos seguintes pressupostos: a argumentação engendra-se a partir de um construto histórico discursivo em que as posições dos sujeitos são fomentadas; o sujeito "produz" seus argumentos sob o efeito da ilusão de ser origem do seu dizer, de que o que diz só poderia ser dito desta forma, de que há evidência de sentido; aquilo que se pode dizer – e saber – tem que ser produzido dentro e por meio de discursos (ORLANDI, 1998).

PALAVRAS-CHAVES: Análise do Discurso. Argumentação. *MeToo*. *BalanceTonPorc*. Violência contra a mulher.

SOCIAL MEDIA, CATHERINE DENEUVE AND VIOLENCE AGAINST WOMEN:
STUDY OF ARGUMENTATION MECHANISMS
NO DISCURSIVE OPERATION

ABSTRACT: The objective of this paper is to discuss the argument based on the theoretical contributions of Discourse Analysis with a materialistic orientation. The *MeToo* and *BalanceTonPorc* movements were chosen as a starting point. For this analysis, we use as a discursive materiality the manifest letter that attacked the feminist campaigns *#MeToo* and *#BalanceTonPorc*. In the discussions undertaken, some concepts proved to be relevant: imaginary formations, discursive formation and subject. We base our reflections mainly on the following assumptions: the argumentation is generated from a discursive historical construct in which the subjects' positions are fostered; the subject "produces" his arguments under the illusion of being the source of his saying, that what he says could only be said in this way, that there is evidence of meaning; what can be said – and known – has to be produced within and through discourses (ORLANDI, 1998).

KEYWORDS: Discourse Analysis. Argumentation. *MeToo*. *BalanceTonPorc*. Violence against women.

¹ Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente é professora da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Endereço eletrônico: <iraneidesc@uol.com.br>.

INTRODUÇÃO

Propomo-nos, aqui, a refletir acerca dos mecanismos de argumentação no funcionamento discursivo² a partir do quadro teórico da *Análise do Discurso* de orientação materialista. Adota-se, então, uma perspectiva não idealista e não subjetivista da linguagem. Sendo assim, não se concebe o argumentar como jogo de estratégias (pré)concebidas por um orador, ou seja, aquele que se apropria da palavra não é dono de seu dizer, nem tem livre-arbítrio na seleção dos usos que faz dos recursos da linguagem, tampouco total consciência da escolha dos mecanismos de argumentação para convencer o seu ouvinte.

Em nossas reflexões, partimos dos seguintes pressupostos:

- os argumentos dos quais o sujeito³ se vale advêm das relações entre discursos, posto que estes são produtos dos discursos vigentes e historicamente determinados (ORLANDI, 1998);
- ao “lançar mão” dos argumentos, o sujeito tem a ilusão de ser origem do seu dizer, ainda que tão e somente se aproprie de sentidos preexistentes para ele disponibilizados (GADET; HAK, 1993), uma vez que “há um já dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer.” (ORLANDI, 2009, p. 32);
- engendra-se/constitui-se o sujeito a partir de uma concepção da língua como transparente, isto é, de que há evidência de sentido, já que a ideologia (dis)simula a historicidade: “o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados” propicia que

² “o funcionamento discursivo [...] é a atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas” (ORLANDI, 2011, p. 125).

³ Trabalhamos aqui com o sujeito do discurso, que consiste em uma posição no discurso: o indivíduo (empírico) é afetado pelo inconsciente e interpelado “em sujeito de seu discurso, pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhe são correspondentes” (PÊCHEUX, 1995, p. 161), sendo assim convocado a tomar o seu lugar em meio a um enleado de discursos. Seja qual for o indivíduo social somente pode ser agente de uma prática, caso se revista da forma-sujeito. A forma – sujeito, de fato, é a forma de existência histórica de todo e qualquer indivíduo, agente das práticas sociais (ALTHUSSER, 1978, p. 67).

estes “queiram dizer o que realmente dizem.”, ou seja, acarreta que se instaure a ilusão de “transparência da linguagem.” (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Quanto à argumentação, é concebida aqui como processo histórico discursivo em que as posições dos sujeitos são constituídas, em que os sujeitos sofrem coerções de uma Formação Discursiva⁴ (FD). Dessa forma, verifica-se que o sujeito sofre determinações da FD, o que significa que ele só pode se valer de argumentos que são disponibilizados por ela.

Tomaram-se, como ponto de partida para as discussões a que se procede, fatos empíricos (logo, para nós, acontecimentos históricos): os movimentos *MeToo* (Estados Unidos) e *BalanceTonPorc* (França). A materialidade discursiva de que lançamos mão foi uma carta manifesto produzida na esteira desses acontecimentos. Esse documento, que foi assinado por intelectuais, artistas e acadêmicas francesas, atacou campanhas feministas de mídia social como *#MeToo* e seu equivalente francês *#BalanceTonPorc*. É importante frisar que se optou por trabalhar com um texto disponível no universo on-line, pois:

[...] a nova mídia eletrônica não apenas possibilita a expansão das relações sociais pelo tempo e espaço, como também aprofunda a interconexão global, anulando a distância entre as pessoas e os lugares, lançando-as em um contato intenso e imediato entre si, em um — presente perpétuo, onde o que ocorre em um lugar pode estar ocorrendo em qualquer parte [...] (DU GAY, 1994, *apud* HALL, 1997, p. 15)

Quanto ao objetivo precípua, elegeu-se, como norte para as nossas reflexões, rastrear, na materialidade selecionada, os arranjos estratégicos presentes na trama das relações de poder, através de múltiplas coerções e cerceamentos, e, a partir daí, como se forja como efeito de sentido entre os sujeitos do discurso, a argumentação. Intentou-se, portanto, estabelecer, por meio de que técnicas, estilos e modalidades de ordenação se

⁴ De acordo com Pêcheux (1995, p. 160), Formação Discursiva é “aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de lutas de classe, determina o que pode e deve ser dito”.

instaura a organização discursiva dos saberes, ou seja, de que forma constitui-se/constrói-se o dispositivo discursivo argumentativo no bojo de dada FD, a qual impõe o que pode e deve – ou não – ser dito pelo sujeito discursivo; o que pode e deve – ou não – ser usado como argumento pelo sujeito discursivo.

Este trabalho está assim organizado: na seção 1 – *As condições reais de existência dos movimentos MeToo e BalanceTonPorc* –, esclarece-se o que foram algumas campanhas feministas de mídia social contemporâneas aos movimentos *MeToo* e *BalanceTonPorc*, bem como deslinda-se o que foram os referidos movimentos. Na seção 2 – *(Alguns) gestos de interpretação* –, analisa-se como se instaura, como efeito de sentido, a argumentação nas sequências discursivas selecionadas.

AS CONDIÇÕES REAIS DE EXISTÊNCIA DOS MOVIMENTOS *METOO* E *BALANCETONPORC*

É bastante relevante, para as reflexões a que procedemos neste artigo, observar a relação entre as condições reais de existência e as condições materiais de existência, tendo em vista que:

- como se trabalha aqui com a vertente materialista da *Análise do Discurso*, parte-se do pressuposto de que, assim como, por um lado, somente pode existir “prática através de uma ideologia e dentro dela” (ALTHUSSER, 1999); por outro, a ideologia só se concretiza materializando-se em práticas diversas, tal qual a linguagem: a materialidade linguística, ponto de partida para as nossas análises, é lugar onde o discurso se corporifica, ou seja, é materialidade discursiva⁵ (e histórica). O discurso, por sua vez, é lugar onde se materializa a ideologia, a qual vem a ser a representação da relação imaginária dos indivíduos

⁵ Pêcheux (2015, p. 151) preconiza que a materialidade discursiva é “nível de existência sócio histórica, que não é nem a língua, [...] nem mesmo as mentalidades de uma época, mas remete às condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos...) em uma conjuntura histórica dada”. Verifica-se, pois, que é no discurso que se dá o encontro entre língua e ideologia (ORLANDI, 2009).

com suas condições reais de existência (ALTHUSSER, 1999). Ou seja, “[...] se deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica [...]” (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, pp. 166-167);

- “as condições materiais da existência dos homens” é que “determinam as formas de sua consciência, sem que as duas jamais coincidam; ou ainda dizendo que os homens fazem sua história, mas não a história que eles querem ou acreditam fazer” (PÊCHEUX, 1995, p. 272). Sendo assim, as “condições materiais de existência” vêm a ser a transposição imaginária das condições de existência reais.

Salienta-se que o que se constitui em foco de interesse neste trabalho vem a ser exatamente a exterioridade constitutiva do discurso, isto é, a representação da situação empírica no imaginário histórico social: “explicitar os mecanismos de produção de sentidos inscritos no texto é uma maneira de tornar visível o modo como a exterioridade (sujeito, história) está presente nele, é trabalhar sua historicidade” (ORLANDI, 2008, p. 64).

Com vistas ao objetivo supracitado, inicialmente, não só se esclarece o que foram algumas manifestações que antecedem e/ou com que dialogam os movimentos *MeToo* e *BalanceTonPorc* – nas subseções: 1.1 – Meu Primeiro Assédio (2015), 1.2 – A Manada Somos Nós (2016), 1.3 Marcha pelas Mulheres (2017), 1.4 – Não Seremos Silenciadas (2017), 1.5 – Mexeu com uma Mexeu com Todas (2017) –, já que aquelas são concebidas aqui como condições históricas que tornaram possível a irrupção destes; como também se desvela o que foram os referidos movimentos – subseções: 1.6 – *MeToo*, 1.7 – *BalanceTonPorc*.

MEU PRIMEIRO ASSÉDIO (2015)

Aos 12 anos, Valentina Schulz, participante da primeira edição brasileira do programa *MasterChef Júnior*, foi alvo de assédio durante a transmissão da estreia do



programa. Choveram, então, comentários com conteúdo sexual, tais quais “Viu o penta do São Paulo, já aguenta”, “Sobre essa Valentina, se tiver consento, é pedofilia?”, “Se ela quiser, não é pedofilia, é amor” e “Vai virar aquelas secretárias de filme pornô” nas redes sociais, principalmente no Twitter. O site *Think Olga*, em reação a essas mensagens, criou a *hashtag* #meuprimeroassedio, com o objetivo de revelar e deslindar outros casos que envolvem não só assédio, mas também pedofilia (MARTINS, 2017).

A MANADA SOMOS NÓS (2016)

Cinco sevilhanos obrigaram uma jovem de 18 anos a realizar atos sexuais contra a sua vontade. O crime foi não só filmado pelos próprios agressores e os vídeos compartilhados no grupo de WhatsApp “La Manada”, como ainda, nos tais vídeos, os violentadores se vangloriavam do que haviam feito. Com todos esses agravantes, ainda que tenham sido condenados a 9 anos de prisão por abuso sexual, eles foram absolvidos do crime de estupro, o que faria com que recebessem penas de mais de 20 anos de reclusão. Associações feministas revoltaram-se com tal sentença e reagiram à condenação com um grito de “é violação, não é abuso”. Além disso, através das *hashtags* #NoEsNo, #YoSiTeCreo#NoEsAbusoEsViolacion e #LaManadaSomosNosotras, os espanhóis foram convocados, nas redes sociais, para protestos em vários pontos do país. Milhares de pessoas foram às ruas. Com o lema “Somos mulheres, não vamos parar”, percorreram as ruas do centro da cidade em que o crime aconteceu, reivindicando a revisão do veredito (MILHARES, 2018).



MARCHA PELAS MULHERES (2017)

A primeira Marcha das Mulheres ocorreu em 21 de janeiro de 2017, no dia seguinte à posse de Trump, já que ele é visto como grande ameaça aos direitos das mulheres e LGBTs. Objetivou-se, com o movimento, “enviar uma mensagem corajosa para a nossa nova administração em seu primeiro dia no cargo, e ao mundo que os direitos das mulheres são direitos humanos.”. Esse protesto foi o maior ocorrido em Washington desde a guerra do Vietnã, bem como se avalia ser ele o maior, na história dos Estados Unidos, ocorrido em um único dia (MARCHA, 2019).

NÃO SEREMOS SILENCIADAS (2017)

Trata-se este manifesto de uma carta aberta, que foi assinada por mais de 7 mil mulheres do mundo todo – entre elas, Cindy Sherman (ganhadora do Prêmio Turner), Helen Marten, Laurie Anderson, Jenny Holzer, Marina Marchesan (produtora cultural), Ana Magalhães (curadora do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo), Fernanda Pitta (curadora da Pinacoteca de São Paulo), etc. – que pretende denunciar os diversos casos de assédio sexual e de abuso de poder no meio artístico (BENOLLI, 2017).

MEXEU COM UMA, MEXEU COM TODAS (2017)

No dia 31 de março de 2017, em texto publicado pela Folha de S. Paulo no blog *#AgoraÉQueSãoElas*, SusllemTonani, integrante da equipe de figurinistas da novela “A lei do amor” (folhetim brasileiro produzido e exibido pela Rede Globo de 3 de outubro de 2016 a 31



de março de 2017), denunciou que, durante oito meses, foi alvo de assédio por parte do ator José Mayer, protagonista da trama. Funcionárias da Rede Globo (produtoras, atrizes, maquiadoras, figurinistas) criaram, então, um grupo no aplicativo WhatsApp para decidir a melhor maneira de dar um fim a episódios como esse. Surgiu, assim, o movimento “Mexeu com uma, mexeu com todas” (MARTINELLI, 2019).

METOO (2017)

A expressão *MeToo* é oriunda do movimento *The SilenceBreakers*, que, inclusive, foi escolhido como a “personalidade” de 2017 pela revista americana *Time*. De acordo com essa publicação, a *hashtag* *#MeToo* foi usada por milhões de pessoas em mais de 85 países. Esse movimento alcançou grande repercussão em 2017, quando a atriz americana Alyssa Milano, depois dos escândalos com o produtor Harvey Weinstein (um dos maiores produtores de Hollywood), “twittou” o termo. Ela conclamou, então, as mulheres a fazerem uso dessas duas palavras nas redes sociais, argumentando que “se todas as mulheres que foram assediadas ou assediadas sexualmente escrevessem como um *status*, poderíamos dar às pessoas uma ideia da magnitude do problema.” É preciso acrescentar, todavia, que foi Tarana Burke – que comanda o projeto *Meninas pela igualdade de gênero*, que tem por objetivo o empoderamento de mulheres negras – quem fundou o movimento *#MeToo* em 2006. Inclusive a expressão *Me Too* foi pensada pela primeira vez ainda em 1996, depois de a ativista americana pelos direitos civis ouvir o relato de uma criança que sofria abusos sexuais e não ter tido coragem de dizer, para essa menina, *me too* (eu também): “No meio do compartilhamento de sua dor comigo, eu a interrompi e imediatamente a levei até outra conselheira que poderia ajudá-la melhor.” Somente anos mais tarde, Tarana Burke teria tido coragem para falar ao



mundo: *me too*. O objetivo precípua do movimento foi, pois, criar empatia entre as vítimas de assédio (IZQUIERDO; AYUSO, 2017).

BALANCETONPORC (2017)

Na França, após as denúncias de casos de assédio contra Weinstein, a jornalista Sandra Muller (fundadora da *La Lettre de l'Audivisuel*, uma publicação especializada em televisão) publicou no Twitter a seguinte pergunta: “E se nós também revelássemos os nomes dos predadores sexuais que 1) nos faltaram com o respeito verbalmente e 2) tentaram nos tocar?”. Surgia, dessa forma, a *hashtag* #BalanceTonPorc (“delate seu porco”, em português), cujo objetivo era denunciar casos de assédio sexual. (BALANCETONPORC, 2019).

(ALGUNS) GESTOS DE INTERPRETAÇÃO

Por questões metodológicas, nesta seção, inicialmente apresentamos alguns dados referentes ao texto que escolhemos como materialidade a ser analisada (subseção 2.1 – A ameaça dos inimigos da liberdade sexual, dos extremistas religiosos e dos piores reacionários); em seguida, o expomos em sua íntegra (subseção 2.1.1 – Nossa materialidade discursiva: a carta manifesto); depois selecionamos algumas sequências discursivas (SDs) dele extraídas e só então procedemos às reflexões e discussões (subseções 2.1.2 – Sequência discursiva 1 (SD1); 2.1.3 – Sequência discursiva 2 (SD2); 2.1.4 – Sequência discursiva 3 (SD3); 2.1.5 – Sequência 4 (SD4)).

A AMEAÇA DOS INIMIGOS DA LIBERDADE SEXUAL, DOS EXTREMISTAS RELIGIOSOS E DOS PIORES REACIONÁRIOS

A materialidade discursiva sobre a qual nos debruçamos vem a ser uma carta da autoria de Sarah Chiche (escritora, psicóloga clínica e psicanalista), Catherine Millet (crítica de arte, escritora), Catherine Robbe-Grillet (atriz e escritora), Peggy Sastre (autora, jornalista e tradutora), Abnousse Shalmani (escritora e jornalista). Optou-se por selecioná-la como alvo de nossas reflexões devido ao grande impacto e polêmica que suscitou, principalmente por contar com a assinatura de mais de 100 mulheres, estando, entre elas, pessoas que atuam nas mais diversas áreas e muitas bem conhecidas, tais qual a atriz Catherine Deneuve. São alguns dos outros nomes que referendam o documento: Kathy Alliou (curadora), Marie-Laure Bernadac (curadora geral honorária), Stephanie Blake (autora de livros infantis), Ingrid Caven (atriz e cantora), Gloria Friedmann (artista visual), Cécile Guilbert (escritora), Brigitte Jaques-Wajeman (diretora), Claudine Junien (geneticista), Brigitte Lahaie (atriz e apresentadora de rádio), Elisabeth Lévy (editora-chefe da Causeur), Joëlle Losfeld (editora), Sophie de Menthon (presidente do movimento ETHIC), Marie Sellier (autora, presidente da Société des gens de lettres). Essa carta foi publicada no jornal *Le Monde*, em 9 de fevereiro de 2018 (CHICHE *et al.*, 2018).

NOSSA MATERIALIDADE DISCURSIVA: A CARTA MANIFESTO

Na sequência do caso de Weinstein, houve uma consciência legítima da violência sexual contra as mulheres, particularmente no local de trabalho onde alguns homens abusam de seu poder. Ela era necessária. Mas essa libertação do discurso se torna hoje o seu oposto:



somos intimadas a falar corretamente, silenciar o que incomoda e aquelas que se recusam a cumprir tais injunções são consideradas traidoras, cúmplices!

Mas é característico do puritanismo pedir emprestado, em nome de um suposto bem geral, os argumentos da proteção das mulheres e sua emancipação para melhor vinculá-las ao *status* de vítimas eternas, coitadinhas sob a influência dos falocratas demoníacos, como nos bons velhos tempos da feitiçaria.

De fato, *#MeToo* iniciou na imprensa e nas redes sociais uma campanha de denúncia e acusação pública de indivíduos que, sem terem a oportunidade de responder ou se defenderem, foram colocados exatamente no mesmo nível que os agressores sexuais. Essa justiça expeditiva já tem suas vítimas, homens impedidos do exercício de sua profissão, obrigados a demitir-se, etc., quando seu único erro foi terem tocado um joelho, tentado roubar um beijo, falado sobre coisas “íntimas” em um jantar de negócios ou enviado mensagens sexualmente explícitas para uma mulher com a qual a atração não era recíproca.

Essa ânsia de enviar “porcos” ao matadouro, longe de ajudar as mulheres a se emancipar, na verdade serve aos interesses dos inimigos da liberdade sexual, dos extremistas religiosos, dos piores reacionários e daqueles que acreditam, em nome de uma concepção substancial do bem e da moral vitoriana que o acompanha, que as mulheres são seres “à parte”, crianças com rosto de adulto, exigindo proteção.

Diante disso, os homens são convocados a vencer sua culpa e encontrar, no fundo de sua consciência retrospectiva, um “comportamento mal colocado” que eles poderiam ter tido dez, vinte ou trinta anos atrás, e dos quais eles deveriam se arrepender. É a confissão pública, a incursão de promotores autoproclamados na esfera privada, que instaura certo clima de sociedade totalitária.

A onda purificatória parece não ter limites. Aqui, censuramos um nu de Egon Schiele em um cartaz; ali pedimos a remoção de uma pintura de Balthus de um museu com base em

que seria uma apologia à pedofilia; na confusão do homem e da obra, pedimos a proibição da retrospectiva Roman Polanski na Cinémathèque e obtemos o adiamento daquela dedicada a Jean-Claude Brisseau. Uma acadêmica considera o filme *Blow up*, de Michelangelo Antonioni, “misógino” e “inaceitável”. À luz deste revisionismo, John Ford (*The Prisoner of the Desert*), e até mesmo Nicolas Poussin (*The Abduction of the Sabines*) não estão numa situação melhor.

Alguns editores já estão pedindo a algumas de nós que façamos nossos personagens masculinos menos “sexistas”, que falemos sobre sexualidade e amor com menos desmedida ou ainda que deixemos o “trauma sofrido pelas personagens femininas” mais óbvio! À beira do ridículo, um projeto de lei na Suécia quer impor um consentimento explicitamente notificado a qualquer candidato para relações sexuais! Só mais um esforço e dois adultos que quiserem dormir juntos deverão preencher via um *App* em seu telefone celular um documento em que as práticas que eles aceitam e aquelas que eles recusam serão devidamente listadas.

Ruwen Ogien defendeu uma liberdade de ofender indispensável à criação artística. Do mesmo modo, defendemos a liberdade de importunar, indispensável à liberdade sexual. Somos hoje suficientemente conscientes para admitir que a pulsão sexual é por natureza ofensiva e selvagem, mas também somos suficientemente clarividentes para não confundir paquera desajeitada e assédio sexual.

Acima de tudo, temos consciência que a pessoa humana não é monolítica: uma mulher pode, no mesmo dia, liderar uma equipe profissional e gostar de ser o objeto sexual de um homem, sem ser uma “vagabunda” ou uma vil cúmplice do patriarcado. Ela pode cuidar para que seu salário seja igual ao de um homem, mas não se sentir traumatizada para sempre por um esfregador no metrô, mesmo que isso seja considerado um delito. Ela pode até mesmo considerar isso como a expressão de uma grande miséria sexual, como um não-evento.

Como mulheres, não nos reconhecemos neste feminismo que, além da denúncia de abusos de poder, toma forma de ódio aos homens e à sexualidade. Acreditamos que a liberdade de dizer não a uma proposta sexual não existe sem a liberdade de importunar. E consideramos que é preciso saber responder a essa liberdade de importunar de outra forma que se encerrando no papel de presa.

Para aquelas de nós que escolhemos ter filhos, sentimos que é mais sensato criar nossas filhas de modo que sejam suficientemente informadas e conscientes para viver suas vidas sem se deixar intimidar ou culpabilizar.

Os acidentes que podem tocar o corpo de uma mulher não atingem necessariamente sua dignidade e não devem, por mais difíceis que possam ser, necessariamente torná-la uma vítima perpétua, porque não somos redutíveis ao nosso corpo. Nossa liberdade interior é inviolável. E essa liberdade que estimamos não vem sem riscos ou responsabilidades (RIBEIRO, 2018).

SEQUÊNCIA DISCURSIVA 1 (SD1)

Na sequência do caso de Weinstein, houve uma consciência legítima da violência sexual contra as mulheres, particularmente no local de trabalho onde alguns homens abusam do seu poder. Ela era necessária. Mas essa libertação do discurso se torna hoje o seu oposto: somos intimadas a falar corretamente, silenciar o que incomoda e aquelas que se recusam a cumprir tais injunções são consideradas traidoras, cúmplices!

Ao assumirem o seu dizer, os sujeitos que enunciam na posição de sujeitos mulheres que redigiram e/ou assinaram a carta apropriam-se da proposição de que “a consciência legítima da violência sexual contra as mulheres, particularmente no local de trabalho” já não é mais “necessária”. Observa-se que o uso da forma verbal “era” na SD1 instaura como efeito de sentido⁶ que esta verdade – embora validada no passado e a partir de dada formação

⁶ *Efeitos de sentido* são engendrados em dadas condições, podendo ser estas, de alguma maneira, rastreadas na forma como se diz, deixando indícios que fomentam dados efeitos de sentido, colocando em relação o dizer com

discursiva – não o é mais. Constata-se, assim, que há uma relação entre o já dito e o que se está dizendo, que é a que existe entre interdiscurso e intradiscurso⁷. De acordo com Orlandi (2009), o interdiscurso fornece aos sujeitos sua realidade enquanto sistema de evidências. Voltando-nos para a materialidade em análise, notamos que se estabelece como óbvio e evidente que a militância no combate à violência contra a mulher não só se mostra prescindível e inoportuna, como também se tornou instrumento de tirania e intimidação (TESE), posto que movimentos como o *MeToo* e o *BalanceTonPorc*, “em nome de um suposto bem geral”, terminam por fazer parte de “onda purificatória que parece não ter limites”, que avaliza atitudes tais quais: censuras (nu de Egon Schiele), proibições (pintura de Balthus), radicalismos (proibição da retrospectiva Roman Polanski), controle (falar sobre sexualidade e amor com menos desmedida), cerceamentos de liberdade (projeto de lei na Suécia que impõe consentimento explicitamente notificado a qualquer candidato para relações sexuais) (ARGUMENTOS).

Verifica-se que os enunciados discursivizados determinam uma retomada, um resgate de sentidos e os atualiza no contexto sócio-histórico atual. Ou seja, a dimensão histórica do enunciado desvela que não se trata meramente de uma estrutura sintática isolada, já que é um elemento engendrado na e pela história, trazendo consigo sentidos outros, tracejados em outros momentos, ditos de outras formas e atualizados pela memória discursiva. Sendo assim, o intradiscurso é o “fio do discurso”. Como eixo da formulação que o é, funciona horizontalmente, possibilitando a atualização dos dizeres em momentos e condições específicas. Não se pode perder de vista que a formação discursiva (por onde perpassa o interdiscurso) vem a ser exatamente o que determina *o que* e *como* se pode dizer (impõe-se, por exemplo, em SD1, como imperioso que se utilize o verbo ser no pretérito

sua exterioridade, suas condições de produção.

⁷ Courtine (1982) define: a) interdiscurso: eixo vertical, onde temos todos os dizeres já ditos e esquecidos. Representa o que pode ser dito; b) intradiscurso: o eixo horizontal, da formulação. É aquilo que o sujeito selecionou no eixo vertical em um momento e condições dadas.

imperfeito do indicativo). Logo, o eixo da constituição (interdiscurso) determina o eixo da formulação (intradiscurso), tendo em vista que apenas é possível formular se houver o acesso ao dizível, isto é, à memória, ao já dito (ORLANDI, 2009). Averigua-se, na SD1, que, ao justificar a proposição defendida, os sujeitos se assenhoreiam dos saberes disponibilizados para eles na formação discursiva com que se identificam e "lançam mão" do argumento: "essa libertação do discurso se torna hoje o seu oposto", isto é, tornou-se um instrumento de opressão, uma vez que "somos intimadas a falar corretamente, silenciar o que incomoda e aquelas que se recusam a cumprir tais injunções são consideradas traidoras, cúmplices!".

Acha-se relevante chamar atenção para o fato de que "o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio" (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 77), o que pode ser rastreado na materialidade em questão, quando se resgata o fato de que se adotaram medidas/posicionamentos contrários à violência contra a mulher, a qual já foi objeto de discurso; rememoram-se o(s) discurso(s) engendrado(s) no bojo de dada formação discursiva (com a qual os sujeitos em SD1 rastreados se contraidentificam) tais como o de que é imprescindível e importante que se pratiquem medidas de repressão e contenção à violência contra a mulher, especialmente no seu local de trabalho; todavia, o fazendo com as "deformações que a situação presente introduz e da qual tira partido" (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 77). Ou seja, apercebe-se que os sujeitos circunscritos em SD1 se contraidentificam com o que a formação discursiva feminista – com a qual se identificam as militantes do *MeToo* e *BalanceTonPorc* – valida em relação ao supracitado fato, dado que se adota "uma tomada de posição que consiste, desta vez, em uma separação [...] com respeito ao que o sujeito universal⁸ lhe 'dá a pensar' [...]" (PÊCHEUX, 1995, p. 200). Sendo assim, sentidos são construídos pela contraidentificação dos sujeitos com uma formação discursiva embasada em um saber de acordo com o qual se faz

⁸ O sujeito universal vem a ser exatamente o conjunto de conhecimentos institucionalizados em uma dada Formação Discursiva.

necessária, e é justa, uma tomada de posição que se oponha de forma incisiva à violência sexual contra a mulher, tendo em vista que na SD1 se questiona, se contesta e se duvida da imprescindibilidade de tal posicionamento nos dias atuais. Algumas observações se fazem necessárias a partir dessas reflexões: a) este processo de contraidentificação implica a inserção dos sujeitos em outra formação discursiva, em virtude de o sujeito do discurso desde sempre ser interpelado pela ideologia, sendo tal interpelação condição basilar para que ele se constitua como tal; b) o funcionamento da formação discursiva abriga a contradição e, com isso, diferentes possibilidades de tomada de posição do sujeito.

SEQUÊNCIA DISCURSIVA 2 (SD2)

Somos hoje suficientemente conscientes para admitir que a pulsão sexual é por natureza ofensiva e selvagem, mas também somos suficientemente clarividentes para não confundir paquera desajeitada e assédio sexual [...] Porque não somos redutíveis ao nosso corpo. Nossa liberdade interior é inviolável. E essa liberdade que estimamos não vem sem riscos ou responsabilidades [...]

Como mulheres, não nos reconhecemos neste feminismo que, além da denúncia de abusos de poder, toma forma de ódio aos homens e à sexualidade. Acreditamos que a liberdade de dizer não a uma proposta sexual não existe sem a liberdade de importunar. E consideramos que é preciso saber responder a essa liberdade de importunar de outra forma que se encerrando no papel de presa.

Ao tomarem a palavra, os sujeitos que enunciam na posição de sujeitos mulheres que redigiram e/ou assinaram a carta tomam como sua a tese de que “a liberdade interior é inviolável” a partir do seguinte funcionamento discursivo: posto que “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias”⁹, estes sujeitos sancionam um funcionamento discursivo que se engendra no bojo de dadas formações imaginárias, as quais

⁹ “[...] existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção que estabelecem as relações entre as situações [...] e as posições (representações dessas situações). [...]” (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, pp. 82/83).

“designam o lugar que” eles – sujeitos – atribuem “a si” (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, pp. 82-83): “não nos reconhecemos neste feminismo”; “Somos [...] conscientes para admitir que a pulsão sexual é por natureza ofensiva e selvagem”; “Somos [...] suficientemente clarividentes para não confundir paquera desajeitada e assédio sexual”. É necessário ressaltar que essas imagens, essas percepções que constituem/instituem o dizer imbricam-se com o "já ouvido e o já dito", uma vez que “o imaginário não ‘brota’ do nada” (ORLANDI, 1999), mas sim se funda em tudo já dito, já ouvido e validado em relação a algo ou alguém.

[...] as diversas formações [imaginárias] resultam elas mesmas de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar, mas que deram nascimento a tomadas de posição implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco. [...] supomos que a percepção é sempre acompanhada pelo já ouvido e o já dito, através dos quais se constitui a substância das formações imaginárias enunciadas. (PÊCHEUX, 1990, pp. 85-86)

Além do mais, partindo-se do pressuposto de que “[...] o sentido de uma sequência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva.” (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 169), conclui-se que vem a ser a ideologia a responsável pelo efeito de evidência que se instaura na SD2 e que propicia que ‘todo mundo’ que se identifica com dada formação discursiva saiba o que é feminismo, pulsão sexual, paquera, assédio sexual, liberdade. Contata-se, assim, em relação ao processo de construção de sentidos, que os elementos linguísticos ativam conhecimentos contextuais e históricos ratificados pela/na formação discursiva em que estão inseridos (PÊCHEUX; FUCHS, 1993). Consequentemente, é o processo de interpelação ideológica sofrido pelo indivíduo – que se dá desde sempre e o constitui como sujeito (PÊCHEUX, 1995) – que vem a produzir evidências que determinam a imagem que os sujeitos fazem de si, do outro, das condições em que se inserem e da linguagem.

Verifica-se, portanto, que a ideologia equivale a uma espécie de condição de possibilidade para interpretação do mundo ou do Outro, ao mesmo tempo em que produz as formas subjetivas ou os pontos de vista para tais interpretações.

Em relação à sequência discursiva “não nos reconhecemos neste feminismo”, é possível fazer algumas inferências: a) O sujeito resiste a discursos outros ao ser interpelado em sujeito do discurso pela ideologia, tendo em vista que, para ser sujeito, é imprescindível ocupar uma posição no discurso e, conseqüentemente, resistir a outras. b) Enquanto no dicionário encontramos o seguinte significado para feminista: “relativo ou pertencente ao feminismo, doutrina ou movimento que advoga a defesa dos direitos das mulheres, com base no princípio da igualdade de direitos e de oportunidades entre os sexos” (FEMINISTA, 2019); engendra-se, na materialidade, como efeito de sentido para feminista “ter ódio aos homens e à sexualidade”. Isso coaduna com o que diz Pêcheux (1995, p. 161): “uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes – todos igualmente ‘evidentes’ – conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva”, visto que “[...] uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado a sua literalidade [...]”.

SEQUÊNCIA DISCURSIVA 3(SD3)

De fato, *#MeToo* iniciou na imprensa e nas redes sociais uma campanha de denúncia e acusação pública de indivíduos que, sem ter a oportunidade de responder ou se defenderem, foram colocados exatamente no mesmo nível que os agressores sexuais. Esta justiça expeditiva já tem suas vítimas, homens impedidos do exercício de sua profissão, obrigados a demitir-se, etc., quando seu único erro foi terem tocado um joelho, tentado roubar um beijo, falado sobre coisas “íntimas” em um jantar de negócios ou enviado mensagens sexualmente explícitas para uma mulher com a qual a atração não era recíproca.

Rastreia-se na SD3 que se estabelece, como verdade, a proposição de que o movimento *#MeToo* é responsável por grandes injustiças. Isso se engendra no cerne do seguinte processo discursivo: os sujeitos que enunciam na posição de sujeitos mulheres que redigiram e/ou assinaram a carta acionam um funcionamento discursivo que se forja a partir de formações imaginárias, as quais:

a) “designam o lugar que” atribuem “ao outro” (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, pp. 82-83): os alvos de denúncia do *MeToo* e do *BalanceTonPorc* são “vítimas” e injustiçados (TESE), pois foram “colocados exatamente no mesmo nível que os agressores sexuais”(ARGUMENTO); eles sequer tiveram a “oportunidade de responderem ou se defenderem” (ARGUMENTO); foram “impedidos do exercício de sua profissão, obrigados a demitir-se, etc.” (ARGUMENTO);

b) estabelecem que o “referente [...] pertence igualmente às condições de produção”, uma vez que “se trata de um objeto imaginário (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física” (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, pp. 82-83): imagem que se forja na materialidade em análise dos atos de “tocar o joelho de alguém ou tentar roubar um beijo” e “tentar seduzir alguém, mesmo de forma insistente ou desajeitada” (referentes) – e que, sendo assim, configuram-se como objetos imaginários – é de que são atos indicadores de que há “liberdade sexual”. Nessa perspectiva, verifica-se que esses sentidos são construídos pela inserção do sujeito em uma formação discursiva que rompe com o discurso de que tais atos podem-se constituir em formas de assédio e, assim, em violência contra a mulher. À vista do exposto, conclui-se que os momentos de interpretação – de si, do outro, do mundo – são atos que surgem como tomadas de posição, efeitos de identificação com dada formação discursiva. Em decorrência disso, a referência se institui no próprio gesto de interpretação, sendo o referente instituído pelas formações imaginárias (PÊCHEUX; FUCHS, 1993).

SEQUÊNCIA 4 (SD4)

Mas é característico do puritanismo pedir emprestado, em nome de um suposto bem geral, os argumentos da proteção das mulheres e sua emancipação para melhor vinculá-las ao status de vítimas eternas, coitadinhas sob a influência dos falocratas demoníacos, como nos bons velhos tempos da feitiçaria.[...].

Essa febre de enviar “porcos” ao matadouro, longe de ajudar as mulheres a se emancipar, na verdade serve aos interesses dos inimigos da liberdade sexual, dos extremistas religiosos, dos piores reacionários e daqueles que acreditam, em nome de uma concepção substancial do bem e da moral vitoriana que o acompanha, que as mulheres são seres “à parte”, crianças com rosto de adulto, exigindo proteção [...].

Ruwen Ogien defendeu uma liberdade de ofender indispensável à criação artística. Do mesmo modo, defendemos a liberdade de importunar, indispensável à liberdade sexual. Somos hoje suficientemente conscientes para a admitir que a pulsão sexual é por natureza ofensiva e selvagem, mas também somos suficientemente clarividentes para não confundir paquera desajeitada e assédio sexual.[...].

Como mulheres, não nos reconhecemos neste feminismo que, além da denúncia de abusos de poder, toma forma de ódio aos homens e à sexualidade. Acreditamos que a liberdade de dizer não a uma proposta sexual não existe sem a liberdade de importunar. E consideramos que é preciso saber responder a essa liberdade de importunar de outra forma que se encerrando no papel de presa.

Para aquelas de nós que escolhemos ter filhos, sentimos que é mais sensato criar nossas filhas de modo que sejam suficientemente informadas e conscientes para viver suas vidas sem se deixar intimidar ou culpabilizar.

Os acidentes que podem tocar o corpo de uma mulher não atingem necessariamente sua dignidade e não devem, por mais difíceis que possam ser, necessariamente torná-la uma vítima perpétua. Porque não somos redutíveis ao nosso corpo. Nossa liberdade interior é inviolável. E essa liberdade que estimamos não vem sem riscos ou responsabilidades.

De acordo com Pêcheux e Fuchs, “[...] o sentido de uma sequência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva”, vindo a ser exatamente isso que “se

acha recalçado para o (pelo) sujeito e recoberto para este último, pela ilusão de estar na fonte do sentido, sob a forma de retomada pelo sujeito de um sentido universal preexistente.” (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 169). Verifica-se, assim, que os sujeitos que enunciam na posição de sujeitos mulheres que redigiram e/ou assinaram a carta engendram sua argumentação sob o efeito da ilusão de que há evidência de sentido (ORLANDI, 1998). Rastreia-se, em SD4, que se impõe como óbvio e incontestável que “Essa febre de enviar ‘porcos’ ao matadouro (referência ao movimento *#BalanceTonPorc*) [...] serve realmente aos interesses dos inimigos da liberdade sexual, dos extremistas religiosos, dos piores reacionários” (TESE), porque: a) “os argumentos da proteção das mulheres e sua emancipação” submete as mulheres “ao status de vítimas eternas, de coitadinhas sob a influência dos falocratas demoníacos, como nos bons velhos tempos da feitiçaria¹⁰” (ARGUMENTO); b) vincula-se a “uma concepção substancial do bem e da moral vitoriana¹¹

¹⁰ A caça às bruxas é um elemento histórico da Idade Média e que aconteceu entre os séculos XV e XVI. O prazer sexual sempre foi alvo de represálias da Igreja e do ascetismo religioso que prega a concepção de que os prazeres mundanos devem ser aniquilados em prol da fidelidade e obediência a Deus. Ao corpo, atribui-se o lugar do prazer maléfico; logo, tudo que levasse a pessoa ao prazer era considerado pecado. A negligência ao corpo era sinal de redenção e uma tentativa de livrar-se dos prazeres mundanos; com isso, as pessoas não se lavavam e se torturavam para que não fossem assombradas pelos desejos mundanos. Foi a Santa Inquisição que, em 1233, por meio do papa Gregório IX, instituiu o Tribunal Católico Romano, também conhecido como Tribunal do Santo Ofício, que tinha o objetivo de terminar com a heresia e com os que não praticavam o catolicismo. Em 1320, a bruxaria e a antiga religião dos pagãos foram consideradas uma ameaça ao cristianismo, que inicia, portanto, a perseguição aos hereges. Esse período de assassinatos e de feminicídios se estendeu até e durante a Renascença. Uma vez descoberto algo que denunciasse “feitiçaria”, a pessoa seria julgada e punida. Tudo serviria para incriminar uma mulher de bruxaria, desde sinais no corpo, considerados sinais demoníacos, ideias e reflexões que fossem intimidantes à Igreja, posicionamentos sociais e políticos, pois muitas mulheres participavam de revoltas camponesas, além do que mulheres parideiras e curandeiras eram acusadas de bruxaria por contrariar o poder médico que surgia. Mas nada foi tão culpado quanto a sensualidade das mulheres. Consideradas como amantes do diabo, o erotismo feminino foi julgado o grande malefício da sociedade. Muitas mulheres foram conduzidas à fogueira por despertarem o interesse sexual e acusadas de desvirtuarem os homens com atos libidinosos. Essas punições aconteciam em praça pública, para que todos pudessem ver, com pompas de evento nefasto e mórbido, atraindo a atenção das pessoas (<https://www.campograndenews.com.br/artigos/caca-as-bruxas-a-violencia-contra-a-mulher>).

¹¹ As virtudes no século XIX na Inglaterra eram a disciplina, a retidão, a limpeza, o trabalho árduo, a autoconfiança, o patriotismo... além da preocupação com questões de conotação sexual, de castidade e fidelidade conjugal. Estas características unidas trazem à época vitoriana um conceito obsessivamente puritano (<https://www.webartigos.com/artigos/reflexao-critica-da-sociedade-vitoriana-segundo-wilde/>

que o acompanha” e toma “as mulheres” como “crianças com rosto de adulto, exigindo proteção” (ARGUMENTO); c) “a liberdade de importunar” é “indispensável à liberdade sexual”, assim como a “liberdade de ofender” é “indispensável à criação artística” (ARGUMENTO); d) “uma mulher pode, no mesmo dia, liderar uma equipe profissional e gostar de ser o objeto sexual de um homem, sem ser [...] uma vil cúmplice do patriarcado” (ARGUMENTO); e) “a liberdade de dizer não a uma proposta sexual não existe sem a liberdade de importunar” (ARGUMENTO).

Em consonância com o que preconiza Courtine (1981), é possível rastrear, na materialidade em análise, que o interdiscurso – através da inserção/apropriação dos discursos oriundos de outras formações discursivas sob a forma de pré-construídos e de discursos transversos, que (des)organizam/(re)ordenam os saberes da formação discursiva – define:

a) o argumento que pode e deve ser utilizado, pois validado por saberes: “a liberdade de importunar” é “indispensável à liberdade sexual”, porquanto (1) se pode estabelecer um paralelo com a “liberdade de ofender”, que é “indispensável à criação artística”; (2) “a liberdade de dizer não a uma proposta sexual não existe sem a liberdade de importunar”; (3) a mulher pode não se sentir “traumatizada para sempre por um esfregador no metrô” e considerar este um “não-evento”; (4) “os acidentes que podem tocar o corpo de uma mulher não atingem necessariamente sua dignidade e não devem, por mais difíceis que possam ser, necessariamente torná-la uma vítima perpétua”.

b) o argumento que não deve ser utilizado: argumentos da proteção das mulheres e sua emancipação, já que (1) as reduzem ao *status* “de vítimas eternas, de coitadinhas sob a influência dos falocratas demoníacos, como nos bons velhos tempos da feitiçaria”; (2) reputam as mulheres “como seres ‘à parte’”, como “crianças com rosto de adulto, que

exigem proteção; (3) uma “mulher pode, no mesmo dia, liderar uma equipe profissional e gostar de ser o objeto sexual de um homem”.

Ou seja, impõe-se certa “unidade de sentidos que vai coagindo as relações sociais num imaginário de evidências e verdades que seriam comuns [...]” aos que se consideram “[...] todas as pessoas dotadas de bom senso” (LAGAZZI, 2013, p. 313).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após refletirmos sobre os mecanismos de argumentação engendrados no funcionamento discursivo das materialidades selecionadas para análise a partir do quadro teórico da *Análise do Discurso* de orientação materialista, concluímos que as "intenções" rastreadas no eixo da formulação são fruto de processos de significação dos quais o sujeito não tem consciência, uma vez que aqueles processos se instituem no eixo da constituição no bojo do qual as posições do sujeito já foram determinadas por uma relação assimétrica, controversa e contraditória com o dizer. Sendo assim, ainda que a argumentação seja orientada e conduzida pelas intenções do sujeito, este, na verdade, apenas se apropria de argumentos para si disponibilizados – e que toma como seus –, isso sob um efeito da evidência de sentido fomentada na formação discursiva com que se identifica, uma vez que os próprios argumentos são produtos dos discursos vigentes, historicamente determinados (ORLANDI, 1998, pp. 78-79).

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Vozes, 1999.

ALTHUSSER, Louis. Resposta a John Lewis. In: ALTHUSSER, Louis. *Posições 1*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

#BALANCETONPORC. *Wikipédia*. L'encyclopédie libre. Disponível em: <https://fr.wikipedia.org/wiki/BalanceTonPorc>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BELLONI, Luiza. 'Não seremos silenciadas': A carta assinada por mais de 7 mil mulheres que escancara o assédio sexual nas artes. *Huffpost Brasil*, 11 nov.2017. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2017/10/31/nao-seremos-silenciadas-a-carta-assinada-por-mais-de-7-mil-mulheres-que-escancara-o-assedio-sexual-nas-artes_a_23262223/. Acesso em: 4 maio 2019.

COURTINE, Jean-Jacques Charles. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EDUFSCar, 2009.

COURTINE, Jean-Jacques. Définitions d'orientations théoriques et méthodologiques en analyse de discours. *Philosophiques*, v. IX, n. 2, pp. 239-264, 1982.

COURTINE, Jean-Jacques. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyses du discours. *Langages*, n. 62, pp. 9-127, juin 1981.

CHICHE, Sarah *et al.* Defendemos a liberdade de importunar, indispensável à liberdade sexual. *Revista Forum*. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/defendemos-liberdade-de-importunar-indispensavel-liberdade-sexual-leia-traducao-do-manifesto-de-intelectuais-e-artistas-francesas/>. Acesso em: 10 mar. 2019.

"FEMINISTA". In: *Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2020. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/feminista>. Acesso em: 7 maio 2020.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Tradução e revisão Ricardo Uebel, Maria Isabel Bujes e Marisa Vorraber Costa. *Educação e Realidade*, v. 22, n. 2, pp. 15-46, jul./dez. 1997.



IZQUIERDO, Mari Luz Peinado; AYUSO, Silvia. #EuTambém: Mulheres do mundo todo contam que sofreram assédio sexual. *El País*. 18. ago. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/16/estilo/1508163687_006817.html. Acesso em: 20 mar. 2019.

LAGAZZI, Suzi. Delimitações, inversões, deslocamentos em torno do anexo 3. In: LAGAZZI, Suzi; ROMUALDO, Edson; TASSO, Ismara. *Estudos do texto e do discurso: o discurso em contrapontos-Foucault, Maingueneau, Pêcheux*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013, pp. 311-332.

MARCHA das Mulheres em Washington. In: *Wikipédia*. A enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2019]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcha_das_Mulheres_em_Washington. Acesso em: 6 maio 2019.

MARTINELLI, Andréa. 'Mexeu com uma, mexeu com todas': As atrizes globais se unem por fim do assédio na TV. *Huffpost Brasil*. 16 jan. 2019. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2017/04/04/mexeu-com-uma-mexeu-com-todas-as-atrizas-globais-se-unem-por_a_22025534/. Acesso em: 30 mar. 2019.

MARTINS, Raphael. Pedófilos assediam participante do MasterChef pelo Twitter. *Exame*. 2 ago. 2017 Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/pedofilos-assediam-participante-do-masterchef-pelo-twitter/>. Acesso em: 5 maio 2019.

MILHARES vão às ruas na Espanha contra absolvição de acusados de estupro coletivo. *O Globo*. 29 abr. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/milhares-vaao-as-ruas-na-espanha-contrabsolvicao-de-acusados-de-estupro-coletivo-22637470>. Acesso em: 6 maio 2019.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *A Linguagem e seu funcionamento: as formas do Discurso*. Campinas: Pontes, 2011.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *Análise de discurso: Princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *Discurso e texto: Formulação e circulação dos sentidos*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2008.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *Discurso e Leitura*. 4. ed. Campinas: Cortez, 1999.



ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. A leitura e os leitores possíveis. In: ORLANDI, Eni (Org.). *A Leitura e os Leitores*. Campinas: Pontes. 1998. pp. 7-24.

PÊCHEUX, Michel. *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes: 2015.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Orlandi *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1993.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso*: estrutura ou acontecimento. Tradução Eni Orlandi *et al.* Campinas: Pontes, 1990.

RIBEIRO, Milton. O texto completo do manifesto “Cem artistas francesas contra o puritanismo sexual de Hollywood. 9 jan. 2018. Disponível em: <http://miltonribeiro.sul21.com.br/tag/puritanismo>. Acesso em 9 jan. 2018.

Envio: Maio de 2020
Aceite: Junho de 2020